

**SOBRE O AMERICANISMO E FORDISMO
DE ANTONIO GRAMSCI**

ANGELA TUDE DE SOUZA

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

textos Didáticos

nº 5 - FEVEREIRO de 1992

SÉRIE textos DIDÁTICOS

Setor de Publicações

IFCH / UNICAMP

Caixa Postal 6.110

13.081 - Campinas - SP - Brasil

SOLICITA-SE PERMUTA

EXCHANGE DESIRED

IMPRESSO NA GRÁFICA DO IFCH

INTRODUÇÃO

O ensaio "Americanismo e Fordismo", tal como o conhecemos a partir da primeira edição dos *Cadernos do Cárcere*⁽¹⁾, reúne um conjunto de nove pequenos textos articulados em torno da problemática mais geral das mudanças estruturais, decorrentes, por um lado, da emergência de um novo padrão de relações industriais e de acumulação, no mundo capitalista e, por outro, das necessidades abertas pela Revolução de Outubro e a construção do socialismo, na Europa do Leste.

A questão fundamental sobre a qual Gramsci vinha trabalhando, concerne às condições em que se poderia operar a construção da hegemonia proletária (no Ocidente assim como no Oriente), e, sobretudo como se conduziria a ampliação do movimento comunista no plano internacional, dada a atual correlação de forças delineada por aquelas mudanças.

Parte ativa no debate (prático e teórico) travado no seio da III Internacional e do Partido Comunista Italiano, Gramsci teve como preocupação permanente fazer de sua obra um instrumento de recuperação da capacidade de intervenção estratégica da teoria marxista - a filosofia da praxis - face as notáveis inflexões e transformações provocadas pela nova emergência de uma estratégia política e ideológica de construção da hegemonia do novo bloco histórico então no poder, na América do Norte (EUA) e na Itália, ambos suportados pela mobilização das massas.

(1) A edição crítica dos *Cadernos* (1975) permite-nos ver com clareza a edição destes pequenos textos. O que está publicado nas edições anteriores à edição crítica é apenas a última forma dada aqueles textos por Gramsci.

"Americanismo e Fordismo" integra, nesse sentido, as análises gramscianas relativas à constituição dos novos grupos dirigentes, seus aparelhos de hegemonia e suas relações com as classes subalternas; tratava-se de compreender o novo equilíbrio de forças políticas instaurado em pleno período de crise orgânica tal como vinha vivendo globalmente o mundo capitalista da época.

O fundamental, portanto, neste ensaio foi compreender as estratégias de longo prazo empreendidas pelas classes dominantes italiana e norte-americana. Estratégias que visavam recompor a unidade entre as relações sociais de produção, as novas exigências de acumulação do capital - então francamente comprometidas pela queda tendencial da taxa de lucro - e seus aparelhos de hegemonia. O esforço analítico empreendido buscava balizar o quadro ideológico e político que permitiria às massas e ao partido "*reconhecerem a patologia própria à revolução passiva*", e contra o qual deveriam opor suas próprias formas de hegemonia.

A situação de crise orgânica no ocidente, associada às especificidades da estrutura política e social norte-americana, conduziu a classe dominante a lançar mão da estratégia de guerra de posição contra as classes subalternas, particularmente o operariado, através de uma série de intervenções políticas, econômicas e culturais, reconduziram o movimento operário ao terreno de luta econômico-corporativo. Este, por sua vez, encontrava-se relativamente neutralizado, dado que sua ação se pautava pelas medidas de contra-tendência, adotadas pela burguesia americana frente ao contexto específico em que a sociedade se desenvolveu.

Dois grandes determinantes históricos permitem compreender a singularidade da situação americana: de um lado, as tradições de organização e de luta do salariado industrial, profundamente impregnadas pelos interesses corporativos dos "*proprietários de 'ofícios qualificados'*"; e, por outro, a ausência das "*camadas de chumbo*" características das formações européias, que pedia, ao mesmo tempo em que favorecia, a introdução de uma nova ordem política e social, como resposta a natureza dos conflitos econômicos e culturais que germi-

naram nesta formação social⁽²⁾. O primeiro passo dado, nessa direção, foi a difusão de um novo paradigma de relações industriais, capaz de "*destruir as organizações de combate operário e de incorporá-las ao sistema*" (Gramsci apud Tosel, 1983:36).

As análises contidas em "Americanismo e Fordismo" constituíram, assim, uma peça chave na identificação dos limites e das dificuldades que o partido e as direções intelectuais das classes trabalhadoras deveriam enfrentar e superar; a crítica às alternativas abertas pelo *fordismo*, deveria levar, de acordo com Gramsci, à reincorporação do elemento ético-político capaz de imprimir uma direção à luta pela emancipação proletária.

Coerente com tal perspectiva de ação prática e teórica, Gramsci abordou o fascismo, na Itália de Mussolini, e o industrialismo americano (de tipo *fordista*) como duas individualizações, dentre tantas outras, das formas extremas que pode tomar a revolução passiva e a guerra de posições no mundo capitalista.

É o que explica a estruturação interna do ensaio em questão, e particularmente sua inserção no âmbito dos problemas relativos à construção da hegemonia e à organização da cultura pelo grupo dirigente das classes dominantes. Enquanto tal, a estrutura interna expressa um esforço inédito de pensar o movimento de conjunto - a totalidade - descrito pelas transformações do bloco capitalista, e particularmente vividas por sua expressão mais avançada na ocasião - a formação social norte-americana.

Da mesma forma, o título dado ao ensaio sublinha os traços de referência próprios à mudança de período marcada pela "*passagem da estratégia de guerra de movimento à guerra de posição/revolução passiva*", quando "*a situação de crise orgânica obrigaria as forças sociais a caracterizar sua forma (específica) de combate*" contra os grupos antagonistas (Tosel et alii, 1983:35).

(2) Ainda que se tratasse de uma sociedade marcada pela "mistura de culturas-raças" e a "ausência de homogeneidade nacional", os movimentos de contestação à ordem produtiva, tiveram um papel determinante na formação social norte-americana.

Gramsci atribui à esses conceitos um caráter analítico e estratégico, como meio de designar determinadas situações em que *"a classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semi-públicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil"*. Isto exige, segundo o autor, que se aplique à elas *"o critério de interpretação das modificações moleculares que na realidade alteram progressivamente a composição precedente as forças, tornando-se, portanto, matrizes de novas 'modificações'"* (Gramsci, 1983:310).

Assim, os fenômenos tratados em "Americanismo e Fordismo" exprimem de modo bastante preciso as formas de revolução passiva e de guerra de posição, tal como estas se assentaram na história recente da sociedade americana:

- a racionalização do trabalho como expressão da mudança de escala dos investimentos industriais, ora voltados à produção em massa e subordinados ao capital financeiro; a *"organização de uma economia planejada"* que desse sustentação a *"um movimento progressista"* no interior do qual se deveria *"manipular e racionalizar"* as forças subalternas ou aliadas com a transição do *"velho individualismo econômico para a economia planejada"* (Gramsci, MPEM: 375-376);
- a montagem de toda uma vasta rede de aparelhos (públicos e privados) veiculadores de novas formas de controle das classes trabalhadoras, e particularmente de seu núcleo operário, na esfera da produção e da reprodução;
- a difusão e a inculcação de ideologias puritanas, e em especial, de uma forte religiosidade junto às novas camadas do proletariado urbano-industrial, com a migração organizada de valores e tradições rurais, levando não só a uma composição demográfica mais racional, mas principalmente mais coerente e coesa, culturalmente falando;
- e, finalmente, a constituição de uma nova classe média integrada pelos quadros técnicos e gestores da produção racional, a qual passa a compor uma nova relação de forças no interior da sociedade nacional, e sobretudo no interior do salariado industrial norte-americano.

Nesse sentido, o fordismo - para além de uma *ideologia constituidora do real*(3), se revelou como uma poderosa arma política contra a classe operária e suas organizações de combate; com ele se inaugura uma nova composição política e ideológica das classes trabalhadoras assalariadas, marcada pelo aprofundamento dos seus plurais e de sua heterogeneidade. Além de operar a quebra da hegemonia operária no interior do salariado capitalista, o novo paradigma das relações industriais, parece ter-se inscrito na história do modo de produção como o momento a partir do qual o capital dá início ao processo, hoje ainda em curso, de deslocamento da centralidade da classe operária na história das lutas de classe contra a burguesia e seus aparelhos.

Este texto pretende mostrar que apesar da profundidade das modificações introduzidas pela investida fordista, não se pode concluir por qualquer ruptura efetiva com o modo de produção capitalista. Pode-se concluir apenas que frente a esta nova tentativa de hegemonia do grupo dirigente da burguesia norte-americana, o único resultado foi o alargamento das alianças entre direção econômica e cultural e os grupos subalternos. Para tanto, esse movimento exigiu a recomposição interna do operariado, concomitantemente ao processo de reestruturação da composição social e ideológica das classes trabalhadoras como um todo. Tal objetivo foi atingido, em parte, através da criação do pessoal técnico-científico e dos quadros gestores e intermediários adequados ao novo padrão de exploração. O lugar, anteriormente atribuído à pequena burguesia e às antigas classes médias, é agora no âmbito do novo equilíbrio de forças políticas necessário à reprodução das relações de dominação e de direção - ocupados por estes novos quadros intermediários da produção fordista.

Para uma tal demonstração considerou-se oportuno desdobrar-se o problema em três grandes itens de argumentação:

I) o fenómeno designado pela aventura fordista foi a realização em atos de "um movimento progressivo ulterior" das forças produtivas gestadas pelo industrialismo de fins do século passado.

(3) Cf. artigo de Edmundo Fernandes Dias, "Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico?".

II) o fordismo como arma política, usada pela classe dirigente, contra a unidade e a combatividade operária, operando a construção de um novo tipo de trabalhador coletivo através do qual se erigiu uma nova classe operária e uma nova classe média. O que levou, portanto, à uma "*nova configuração das relações entre intelectuais e massa*" no processo de construção da hegemonia burguesa.

III) o fordismo e o americanismo como "*ideologias constitutivas do real*", que difundiram uma nova racionalidade da composição das forças sociais fundamentais, ao mesmo tempo em que criava "*o novo*" sobre a matriz do "*velho*". A revolução passiva e a modernização conservadora.

I. A AVENTURA FORDISTA E AS FORÇAS PRODUTIVAS

Se se tem em vista o panorama concreto vivido ao longo do período em que se gestam as condições de surgimento da moderna indústria americana, facilmente se compreenderá a justeza do argumento que situa os fenômenos do americanismo e do fordismo na extensão e na potencialização das forças produtivas desenvolvidas durante as três últimas décadas do século anterior.

Na verdade, a periodização mais pertinente para que se compreenda o processo e o significado mais geral do novo paradigma de relações industriais introduzidas pelo fordismo, deveria ter seu ponto inicial situado em torno da década de 1880/90 e sua inflexão em torno da I Guerra Mundial.

Foi neste período que o movimento industrialista se consolidou como principal vetor do desenvolvimento do mundo capitalista, levando à emergência de uma série de ramos da moderna produção industrial. Data, também, dessa época o novo tecido industrial construído com base nas aplicações da ciência intensiva em ramos como o da indústria elétrica, o da química e o das telecomunicações. Consolidam-se, ainda, na ocasião (e, particularmente na virada do século), a indústria metalúrgica e os transportes à tração mecânica.

Foi um período de mudança na pauta da produção de mercadorias, que se fez acompanhar de modificações no porte dos investimentos. Época de diversificação e verticalização dos capitais, acabou por se constituir no berço dos modernos

monopólios e oligopólios da produção capitalista contemporânea (Lenin, 1975; Beaud, 1981:164-204).

Portanto, o período de emergência do paradigma *fordista* se coloca como o ponto de inflexão do modo de acumulação do capital, o qual buscava uma nova articulação inter-setorial e financeira capaz de sustentar-se no pelo consumo das classes trabalhadoras.

Estavam casadas, desta forma, a ampliação da capacidade de produção, a extensão dos mercados domésticos e externos e a *"gestão racional e científica do processo de trabalho"*. Ergue-se, a partir daí, a tecitura do mercado internacional de bens e serviços e as condições necessárias à internacionalização do capital.

Marcado por profundas transformações, o capital herda deste período a armadura industrial requerida pelo desenvolvimento ulterior da produção em massa. Logra-se, ainda, a constituição da indústria de base e o departamento de bens de produção, através dos quais se efetiva a acumulação do capital industrial. Para tanto, foi necessário reunir forças compatíveis com as necessidades de auto-financiamento, e com isto consolidar a subordinação da indústria ao capital financeiro.

Traço, igualmente, significativo da época foi a estratégia de concorrência inter-capitalista, baseada na competição sob a regência do mercado, o qual tendia não só a uma maior estabilidade, mas principalmente a uma expansão conformadora de uma relação singular na qual a demanda seria sempre superior a oferta.

A necessidade de garantir preços relativamente mais baixos - de forma a impedir que outros produtores entrassem no mercado - conduziu a uma dupla estratégia de crescimento industrial: por um lado, a ampliação da oferta e a abertura de novos mercados, apropriando-se, assim de bolsões de *"ganhos macro-econômicos"*, até então, inexplorados e invisíveis aos olhos da burguesia industrial do século passado; e, por outro, no plano da produção a redução de custos - através da *'racionalização'* do trabalho e da organização industrial -, além da criação de novos processos produtivos.

Foram essas exigências que levaram à difusão da linha de montagem de tipo *fordista*, tornando possível o advento da moderna indústria automobilística. Através desta se desenvolveu, no período entre-guerras, o departamento de produção de bens de consumo, com a consolidação do parque industrial voltado à produção de bens duráveis.

Deste ponto de vista, o *fordismo* se constituiu em "*um momento de realização ulterior do caráter progressivo*" das forças produtivas capitalistas, potencializando, de uma forma inédita, todos os elementos constitutivos da antiga indústria: a base tecnológica herdada da II Revolução Industrial, a "*organização racional e científica* do trabalho"⁽⁴⁾, bem como a estrutura concentrada do capital industrial-financeiro com a qual se construiu o moderno mundo colonial (Beaud, 1981:182,215).

Entre 1900 e 1918, período em que se constitui o "*império Ford*", foram reunidos todos os elementos necessários à reestruturação do padrão de acumulação do capital, suscitando uma maior interação entre intelectuais acadêmicos, experts industriais e empresários americanos. O período ficou conhecido nos EUA como a "*era progressiva*", durante a qual industriais e intelectuais buscaram soluções para problemas antigos, e de difícil resolução como aqueles colocados pelas contradições capital-trabalho e a politização das classes trabalhadoras (Beynon, 1984:34).

Até mesmo a base tecnológica das "*inovações*" industriais veiculadas pela Ford Motor Company (FMC), não era em si mesma nova. Segundo Drucker (1950:19), Ford "*não fez nenhuma descoberta ou invenção mecânica; todo o equipamento me-*

(4) Na verdade a difusão dos chamados princípios de organização científica e racional do trabalho precede, no mínimo, de uma década a implantação da primeira linha de montagens totalmente mecanizada (1913). Sua difusão coincide com o período de consolidação das organizações sindicais nos EUA, tendo assumindo, já anteriormente ao fordismo, o caráter de uma ferramenta capitalista usada para obter o assentimento operário ao projeto industrialista (Nelson, 1984:60-61).

cânico por ele utilizado era velho e bem conhecido. Apenas seu conceito de organização humana para o trabalho era novo"(5).

Segundo Beynon (1984:31), "Henry Ford nasceu filho de um fazendeiro em Dearborn, Michigan, em 1863. Fez seu primeiro automóvel em 1893 e formou a Ford Motor Company em 1903 aos quarenta anos. Dominou os negócios da Cia. pelos quarenta anos que se seguiram. Através de sua vida defendeu preconceitos e idéias de um pequeno fazendeiro. Ele foi um anacronismo"(6), o dólar multibilionário que produzia automotores."

Teve, entretanto, a visão de um mundo novo, através de contatos que o influenciaram, como Edson e Philips. Apesar de convicto com relação às possibilidades de mudança, "*sua reforma foi temperada por uma visão ideal de mundo no qual os mais baixos e velhos princípios tinham ainda lugar - na própria cúpula. (!)*" (Beynon, 1984:37).

A aventura fordista consistiu, exatamente, em assumir o risco de colocar-se como um veículo para a transformação revolucionária das relações sociais de produção, quando em verdade somente conseguiu operar um certo número de "mutações técnicas" já delineadas pelo prévio desenvolvimento das forças produtivas". Do sonho fordista, restou de concreto a alternativa de nova coerência

(5) O termo sublinhado visa ressaltar junto, ao leitor o caráter determinante e decisiva das *inovações organizacionais*, introduzidas com a linha de montagem fordista. A imposição das cadências, a direção das tarefas, os prêmios e incentivos à produtividade, bem como o pagamento de bônus e as políticas bem-estar são algumas das características da nova organização do trabalho (Nelson, 1979:115-122).

(6) O grifo é nosso, e quer salientar como a percepção de Gramsci, quanto ao caráter anacrônico das iniciativas pioneiras do moderno industrialismo, se faz presente ao longo do ensaio em questão de diferentes maneiras. Registramos aqui, ao menos, duas pequenas passagens: "*Luta-se com armas apanhadas no velho arsenal europeu e ainda abastardadas, portanto 'anacrônicas' em relação ao desenvolvimento das 'coisas'*" (MPem:382); e também, "*Os elementos de 'nova cultura' e 'novo modo de vida' hoje difundidos sob a etiqueta americana, são apenas as primeiras tentativas feitas são cegas, devidas não tanto a uma 'ordem' que nasce de uma nova base, ainda não formada, mas à iniciativa superficial e simiesca dos elementos que começam a sentir-se socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolvente) da nova base em formação*" (MPem:412).

entre "*normas de produção e de consumo*" (Boyer et Mistral, 1983:8-9). Consolidou-se, portanto, como o laboratório no qual germinaram as possibilidades de retomada da acumulação de capital sobre novas bases e no qual se gestou o formidável crescimento da economia capitalista do pós-guerra até meados dos anos 60.

Nesse sentido, as modificações introduzidas com a linha de montagem fordista foram vistas por Gramsci como expressões extremas "*de modificações moleculares*" oriundas de um "*movimento progressivo*" já contido pelo desenvolvimento das forças produtivas, na economia capitalista americana.

"Na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada" (Gramsci, MPEM:397).

Coerente com isso, o novo paradigma de relações industriais introduzido por Ford naquela sociedade, antecipava de certo modo o que mais tarde veio a se desenvolver sob os auspícios do Estado americano sob o rótulo de estado-do-bem-estar ou estado providência. Ainda que modelando o "*novo*" pelo "*velho*", a política de '*gestão*' da *força de trabalho*⁽⁷⁾ empreendida internamente à Ford Motor Company - baseada na combinação de um modelo repressivo com práticas paternalistas, e posta sob a mira de uma ideologia tecnicista - acabou se tornando "*matriz de outras modificações das forças sociais*", escapando de forma definitiva do controle de Henry Ford, após a promulgação do New Deal, por Roosevelt, e o novo '*pacto social*' dele decorrente (Beaud, 1981: 216-227).

"O que hoje se conhece como '*americanismo*' é, em grande parte, a crítica preventiva das velhas camadas que serão esmagadas pela nova ordem e que já foram atingidas por

(7) Cf. Beynon, 1984:36-37, esta integrava uma série de estratégias de controle e enquadramento dos trabalhadores no plano interno fábrica, bem como no espaço da família e das práticas privadas de reprodução.

uma onda de pânico social, de dissolução e de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e insiste sobre os aspectos negativos da mudança" (Gramsci, MPEM:412).

Taxado pelo New York Times, em matéria publicada no ano de 1928, como um "industrial fascista, o Mussolini de Detroit" (Beynon, 1984:42), H. Ford e seu "império industrial" se constituíram em uma fonte de fermentação para o desenvolvimento ulterior dos antagonismos capital-trabalho e sua agudização (Beynon, 1984:50).

Pela força das contradições do modo de produção, o paradigma fordista acabou conduzindo a um novo equilíbrio das forças políticas, no interior do qual o totalitarismo industrial (Clarke, 1990:140-141; Beynon, 1984:39 e seg.) se combinaria definitivamente com o regime de democracia representativa e a gestão institucional dos conflitos de classe.

II. O OPERARIADO FORDISTA, OS TRABALHADORES INTELLECTUAIS E HEGEMONIA

Crítico das posições difundidas pela direção bolchevique, e inspiradas por certas proposições trotskistas, com relação à "*supremacia da indústria e dos métodos industriais na vida nacional*"⁽⁸⁾, Gramsci argumentava que os métodos de militarização do trabalho adotados pelo Estado soviético deveriam desembocar em uma "*forma de bonapartismo*", ao invés de conduzirem ao auto-disciplinamento como resultado da aquisição de hábitos compatíveis com aqueles requeridos pelos novos métodos e relações de trabalho sobre os quais se ergueria o Estado proletário, na URSS.

(8) Ainda que concordasse com a "necessidade de acelerar, usando meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem na produção, de adaptar os costumes às necessidades de trabalho", Gramsci considerava as medidas adotadas pela direção soviética como "excessivas" e "não racionalizadas" (MPEM, 1984:396),

Gramsci dedicou boa parte de suas análises sobre a vida americana representada pelo fordismo - com a finalidade de criticar os métodos de coerção externa ao trabalho, e aos novos modos de vida adotados pela direção soviética, como um meio de convencê-la da necessidade de suprimi-los.

Ao longo de todo o ensaio, o autor retoma a questão sob argumentos diferentes, indicando que quaisquer que sejam os métodos, o importante era que se buscasse obter a disciplina frente as novas necessidades de produção e de vida, através da combinação entre formas de coação (autodisciplina) e de retribuição, fortemente articuladas aos princípios de persuasão e consenso/convicção.

Assim, por exemplo, no texto relativo aos altos salários pagos pela Ford Motor Company, encontra-se uma passagem em que experiências internacionais diversas são retomadas como meio de indicar a *"importância, o sentido e o alcance objetivo do fenômeno americano"*, no que diz respeito às novas estratégias de construção da hegemonia das classes dirigentes sobre a classe trabalhadora norte-americana.

"A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho, não pode ser obtida unicamente por meio de coerção social: trata-se de um 'preconceito' muito difundido na Europa e mais particularmente no Japão onde isto não tardará a ter consequências graves... esse 'preconceito' não tem aliás outra base que o desemprego endêmico do pós-guerra. Se a situação fosse 'normal', o aparelho de coerção necessária para obter o resultado desejado custaria mais do que os altos salários. É por isso que a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, o que se pode obter em uma dada sociedade, por uma melhor forma de retribuição, a qual autorizando um certo padrão de vida, permite manter e renovar as forças consumidas pelo novo tipo de fadiga" (Gramsci, MPEN:404-405).

Consciente da falta de uma visão da totalidade - tanto por parte de Trotsky quanto da direção bolchevique - desta articulação entre as necessidades da produção industrial, os modos de vida e os processos de hegemonização do grupo dirigente, Gramsci endereça-lhes uma crítica quanto aos "preconceitos" e ao menosprezo com que interpretavam as iniciativas dos industriais norteamericanos, tidas como apenas uma "manifestação hipócrita de puritanismo".

"...Os novos métodos de trabalho são indissolivelmente ligados a um certo modo de vida, a uma certa maneira de pensar e de sentir a vida; não se pode obter sucesso dentro de um desses domínios sem que se obtenha resultados tangíveis no outro." E, mais adiante, prossegue Gramsci: "Na América a racionalização do trabalho e a proibição são sem dúvida alguma, ligados... Rir dessas iniciativas (...), é recusar a possibilidade de compreender... o alcance objetivo do fenômeno americano, o qual é também o maior esforço coletivo que se manifestou até hoje para criar, com uma rapidez prodigiosa e uma consciência do alvo a atingir sem precedentes na história, um tipo novo de trabalhador e de homem" (Gramsci, MPBM:396).

Nesta passagem o autor indicava a visão de totalidade - ainda que não explicitamente consciente - que orientava os industriais americanos alinhados com estas iniciativas, chamando a atenção para o fato de que se tratava de um processo racional empreendido com a finalidade de difundir - através de um "novo trabalhador e um novo homem" - uma nova ética coletiva, cuja contrapartida seria a emergência de uma nova classe trabalhadora⁽⁹⁾.

(9) É possível extrair das entre-linhas desta passagem, as reservas de Gramsci em relação à experiência das brigadas de trabalho: está colocada uma espécie de desqualificação da experiência soviética, seu fracasso, enquanto experiência revolucionária, da qual deveria resultar um novo tipo de homem, de espiritualidade e de humanidade, abortado por força da opção pela via prussiana, i. é, baseada no uso da força e da coerção externa.

O americanismo, enquanto expressão da ideologia industrialista veiculada através da difusão do moderno aparelho de produção capitalista, exigiu "um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado" (Gramsci, MPEM:388).

Reunidas as condições necessárias - "*composição demográfica racional e integração orgânica da economia*" - para assegurar-se "um certo tipo de ambiente" sadio, a tarefa de racionalização global da sociedade tornava-se relativamente fácil de realizar. A racionalização da produção e do trabalho combinou-se

"habilmente ao uso da força (destruição do sindicalismo de base territorial) e da persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente basear toda a vida nacional na produção" (Gramsci, MPEM:381).

Expressão acabada desta ideologia industrialista e do fenômeno das "massas", o americanismo designava um "tipo de sociedade racionalizada, na qual a 'estrutura' domina mais imediatamente as superestruturas", estas também por sua vez a serem racionalizadas (*simplificadas e em número reduzido*) (Gramsci, MPEM:382).,

O que implicava na afirmação do trabalho fabril como a instância a partir da qual a sociedade seria globalmente racionalizada: da composição demográfica das forças sociais à intimidade operária, tudo deveria cair sob a racionalidade do lucro industrial e do consenso fabril.

A manutenção deste tipo de sociedade - "dominada" e organizada pelas necessidades da estrutura - aliada à necessidade de preservar a livre iniciativa de se organizar a economia em bases monopolistas, exigia a remoção do principal entrave à "*liberdade industrial*", então vigente: o antigo sindicalismo profissional, núcleo de resistência dos interesses corporativos do operariado norte-americano, marcado pela forte presença de operários manuais (craft workers), "*proprietários de ofícios qualificados*" (Gramsci, MPEM:382).

"No coração da revolução fordista repousam não somente as mudanças tecnológicas introduzidas por Ford, mas uma revolução na organização social da produção com a qual as mudanças tecnológicas estavam inexoravelmente associadas. (...) O contexto imediato dessa revolução fordista era dado pela coexistência de uma variedade de trabalhadores artesanais qualificados - os quais percebiam altos salários e eram sindicalizados -, e de um crescente contingente de trabalhadores sem qualificação, e desorganizados, os quais forneciam, ao mesmo tempo, o incentivo e o sentido para se derrubar/acabar com o controle dos trabalhadores de ofício.

A destruição desse controle removeu a principal barreira ao desenvolvimento do processo de trabalho capitalista. Entretanto, isto também destruiu os métodos tradicionais de controle do trabalho, os quais haviam sido desenvolvidos pelos trabalhadores qualificados, pagos por peça, sobre a base de sub-contratação interna e do sistema de ajudantes ou equipes (gang system)" (Clarke, 1990:138-139).

A racionalização da produção, tomada como ponta de lança das reformas sociais que atingiam o conjunto da vida nacional, determinava assim, "*a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho*", capaz de por si mesmo levar a cabo o estrangulamento e a "liquidação" das antigas organizações de defesa dos interesses operários na sociedade americana.

Deste ponto de vista, o fordismo se constituiu em uma poderosa arma política nas mãos da burguesia industrial, operando uma série de ajustamentos entre "*estruturas*" e "*superestruturas*", através da introjeção de novos requisitos técnicos e culturais (morais e materiais) no seio do salariado industrial.

De grupos de resistência, os sindicatos do futuro deveriam transformar-se em grupos de produção, repartição e negociação, tornando-se, desta forma, em um novo sustentáculo da reorganização social.⁽¹⁰⁾

(10) D. Bleitrach e A. Chenu (1979:8-29 e 41-76) desenvolvem um tipo de análise similar, com base na obra gramsciana em foco, para o programa de descentralização e realocização da siderurgia francesa, implantado na Região de Marseille, em Fôs-sur-Mer na virada dos anos sessenta para os anos setenta deste século.

Era o que permitia que, aos olhos de muitos, a via americana veiculada pela ideologia fordista - fosse reconhecida como "progressista", e aparecesse prioritariamente como uma decorrência histórica inevitável do desenvolvimento das forças produtivas, desdobrando-se naturalmente na "modernização e na racionalização" da economia e da estrutura social precedentes.

Caracterizado por uma profunda heterogeneidade interna, o antigo operariado era formado por trabalhadores nativos e imigrados, de origem tanto urbana como rural, estando perpassado pela mistura de culturas dada pela presença de diferenças raciais, étnicas e geracionais. Sobre a base dessas diferenças se ergueria todo um processo de seleção-diferenciação "natural" do operariado, que se revelaria, mais tarde, como matéria-prima das estratégias fordistas de educação e de inculcação do "espírito americano"⁽¹¹⁾. Através destas, a classe operária era convidada "*à esquecer sua memória, suas tradições de luta*" sendo com isso obrigada "*à reconstituir, em todos os aspectos, suas organizações*" (Bleitrach et Chenu, 1979:17).

Além disso, restava uma outra dimensão concreta do trabalho a ser ainda "racionalizada": a composição ocupacional da força de trabalho, nesta ocasião tipicamente de base tradicional, isto é, montada e reproduzida sobre as tradições e regras do ofício. Suas tradições vernaculares, profundamente enraizadas nas culturas locais e regionais - nas quais proliferaram os *métiers* urbanos - bem como a prática de aprendizagem da qualificação e das competências produtivas através da iniciação no trabalho, se constituíam, também, em um problema que deveria ser urgentemente solucionado.

(11) Ver à este propósito a análise gramsciana do Rotary Club e do Y.M.C.A. (Associação Cristã de Moços), no país e no exterior (particularmente na Europa) e de seus cursos de "americanismo" (Gramsci, MPEN:388); também Huw Beynon (1984:36) sobre os cursos organizados pela F.M.C. oferecidos aos trabalhadores imigrados e suas famílias, que incluíam como ponto fundamental de sua "integração" funcional o ensino da língua, da moral puritana de tradição agrária e da religiosidade.

Face a profunda exterioridade em que podia se reproduzir o operariado americano, Ford propunha a criação de "*um novo tipo de trabalhador*" com "*atitudes maquinais e automáticas*", liberadas "*do antigo nexo psico-físico do trabalhador profissional qualificado*", e sobretudo, "*da participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa*" pessoal e coletiva (Gramsci, MPEN:397).

O novo trabalhador, o operário fordiano, deveria dar lugar ao novo tipo de '*humanidade*' que se tratava de criar; não era este um tipo humano qualquer⁽¹²⁾, marcado pela individualidade e a originalidade de suas características pessoais. Era

"de seu interesse ter um quadro de trabalhadores estável, um conjunto permanentemente afinado, porque também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina, que não deve ser desmontada com frequência e ter suas peças desmontadas constantemente sem perdas ingentes" (Gramsci, MPEN:397-398).

O novo homem de que se falava era, na verdade, um "homem coletivo" constituído pelo capital e suas exigências produtivas, homem este esculpido pelos martelos do tecnicismo sob o primado do econômico e não mais sob o primado da natureza humana, da diversidade cultural ou da história humanas. Tratava-se de construir este novo homem como um portador da racionalidade econômica, e não da "irracionalidade" da luta de classes.

Assim, além de recompor-se as bases da sociabilidade entre trabalhadores - pela mediação e subordinação das relações interpessoais e subjetivas à linha de montagem e às formas de controle e supervisão externas (Clarke, 1990:139) - a produção fordista impunha sua própria concepção de indivíduo e de personalidade individual. Era preciso criar um trabalhador com hábitos regulares, e uma forte estabilidade apto à se adaptar a linha de produção e à nova disciplina fabril.

(12) "Esta humanidade e espiritualidade só poderiam existir no mundo do trabalho, na criação produtiva; elas eram absolutas no arte são, no 'demiurgo', quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era bastante forte ainda o laço entre arte e trabalho", sendo "contra este 'humanismo' que luta o novo industrialismo" (Gramsci, MPEN:397).

"A empresa Ford demandava a seus operários uma discriminação, e uma qualificação que não eram requeridas, até então, pelas outras empresas; um tipo de qualificação diferente, nova, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida no mesmo tempo médio mais onerosas e extenuantes do que em outras empresas" (Gramsci, 1983:356).

A forte instabilidade do trabalhador⁽¹³⁾ - associada não só ao exercício do ofício, mas também a inadaptação e a recusa por parte dos operários qualificados em sujeitar-se aos novos métodos industriais aliada às oscilações conjunturais da demanda em pleno período de pressão econômica e de uma economia de guerra, impediam, entretanto, que se lograsse este novo patamar de disciplina apenas pela imposição de cadências mecânicas sobre os trabalhadores.

A obtenção do novo grau de disciplina e de intensidade do trabalho, mobilizou *"todo um arsenal de medidas destinadas a estancar a hemorragia de trabalhadores e a reconstituir, em todas as suas dimensões internas, um trabalhador coletivo estável e apto a operar os novos meios de produção"* (Gimenez, 1979:54).

As peças centrais desta política de *"estímulo e adestramento"* foram os altos salários (o Five Dollars Day), a mecanização do trabalho e a implantação de diversos serviços de acompanhamento e *orientação do trabalhador Ford*, dentro e fora dos locais de produção (Clarke, 1990).

(13) Segundo D.-Gimenez (1976:72 e seg.), os índices de turn-over e absenteeísmo eram elevadíssimos nos mais diversos ramos industriais, constituindo-se em um desafio central para o patronato industrial, já desde fins do século passado: p. ex., em pesquisa realizada em 1907, noventa e uma empresas têxteis no sul dos EUA, recrutaram 57.000 pessoas em um ano, quando não tinham, jamais um efetivo superior a 30.000 empregados. Outro estudo em 150 empresas, realizado em 1919, mostrava que a taxa média de demissões e ou evasão anuais se situava em torno dos 100%; ... o mesmo acontecendo em todos os demais setores da produção industrial, quando se chegou a constatar no ano de 1914, ... para oito dessas empresas situadas em Detroit as seguintes percentagens de turn-over: 315,7%; 253%; 249%; 187,3%; 161,8%; 153,6%; e 101,4%. (Gimenez, -A, 1979:72-74). Já na Ford Company, o nível de instabilidade no emprego registrado no ano de 1913 (ano em que se implanta a primeira linha toda mecanizada), atingiu mais de 50.000 operários tendo em vista a manutenção de um efetivo de 14.000 operários! (ibid.:78). Ver também, Beynon (1984:38 e seg.).

Assim, coube ao Labor/Service Department da FMC⁽¹⁴⁾, controlar a aprendizagem, o "*bem-estar do trabalho*" e ordenar as relações hierárquicas no interior do novo trabalhador coletivo da empresa. Estas tarefas ficaram a cargo dos novos especialistas das "relações industriais" - engenheiros de produção, chefias intermediárias (shop-stewards) e gerências de pessoal.

Era de um ponto de vista global, portanto, que a empresa resolvia enfrentar a necessidade de formar, estabilizar e controlar o novo trabalhador (coletivo). "*Estes especialistas em gestão de pessoal preconizavam, entre outros métodos*" o controle fino sobre o trabalhador e sua intimidade familiar, através de "*um interesse crescente das empresas... pelos programas de bem estar*" (Gimenez, 1979:77).

Tais formas de "acompanhamento" do trabalhador eram, simultaneamente, resultado e condição da exigência industrial de aumento da produtividade; associadas aos altos salários deveriam funcionar como "*instrumentos de encorajamento e estímulo aos operários Ford a aumentar individualmente a intensidade de seu trabalho*" (ibidem). Os altos salários seriam assim uma recompensa aos trabalhadores dispostos e capazes de superar a produtividade média do trabalho, elastecendo, portanto, os patamares precedentes de desempenho individual e coletivo na indústria americana.

Deste conjunto de iniciativas resultou um novo trabalhador coletivo, até então muito pouco (ou em nada) conhecido no mundo da produção capitalista. Do ponto de vista de suas "*qualidades genericamente humanas*", além de estável e de hábitos regulares, este trabalhador era sóbrio e reservado, respeitador dos horários e da autoridade de suas chefias (diferentes em si mesmas da direção patronal). E, ao inverso, do ponto de vista das formas de individuação ocupa-

(14) Cf. vários autores, este departamento envolvia também um conjunto de atividades 'policiais' e ou tipicamente repressivas. Ver Clark, op. cit., 1138-141, e Beynon, 1984:39-50, sobre a truculência dos métodos Fordistas de combate à ação militante.

cional e funcional do *novo homem*, este trabalhador era produto de uma estratégia de socialização da força produtiva do trabalho, baseada no binômio seleção-execução.

Diferenciado e hierarquicamente ordenado, este trabalhador era produto de uma fissura do trabalho complexo e sua partição definitiva entre idealizadores-controladores e executores. Entre as direções patronais e suas antigas bases operárias, se interpunham agora as gerências (de produção e de pessoal), as camadas intermediárias de enquadramento e de controle nas plantas.

O mesmo princípio tomava corpo no seio do operariado de produção, pela diferenciação e especialização das funções de execução e operação, de um lado, e daquelas de apoio, carregamento e limpeza realizadas em grande medida pelos chamados braçais e não especializados, por outro. Dentre o pessoal de operação e execução surgiam agora os "ferramenteiros", elo fundamental na cadeia de reprodução do capital, posta sob o domínio da corrida tecnológica e do aperfeiçoamento dos sistemas mecânicos de grande porte.

À luz das tendências de socialização-individação, e de homogeneização-diferenciação, internas ao trabalhador coletivo, a "produção *fordista*" lançou mão de uma série de pressões ideológicas que permitiam manter coeso o novo homem-coletivo: a realização de concursos do operário-padrão, e a emulação ao trabalhador *Ford* como o responsável pela construção de uma nova sociedade, foram algumas das formas pelas quais se sublinhavam as diferenças que mantinham com os demais setores do operariado norte-americano.

Elemento de pressão ideológica e moral, o "vestir a camisa" (*esprit maison*), era o melhor meio de assegurar essa coesão entre os membros deste notável trabalhador coletivo; as desigualdades de salários, de posição funcional e de poder na fábrica deveriam se subordinar à nova realidade jurídica e institucional que definia então a atividade produtiva dos homens⁽¹⁵⁾. Eles eram pe-

(15) Ver a este propósito passagem em que Gramsci discorre sobre as diversas *culturas organizacionais*, seus truques e pequenos segredos (in *IMPEM*:407), designando com isso a singularidade de cada organização industrial, apesar do enquadramento institucional [funcional do trabalho, isto é, de sua burocratização].

ças de uma engrenagem maior, a grande corporação industrial de base monopolista, cujos interesses "*particulares*" se confundiam gradativamente com o "*interesse geral de seus empregados*".

Desnecessários, por sua função produtiva, aos novos quadros técnicos, gerenciais e de supervisão, se reservava a responsabilidade de organizar o consentimento dos trabalhadores aos novos métodos industriais e de obter-lhes a adesão às normas da empresa. A nova estrutura hierárquica, de que nos dá conta a linha de produção, respondia tecnicamente ao interesse de "*pacificar*" internamente a produção industrial, *diluindo-se* sob os novos sistemas de mecanização do trabalho a dura realidade do despotismo fabril (Edwards, 1978). A mediação das relações de poder e de autoridade dentro do trabalho, sendo exercida pela *evidência* das técnicas de produção, permitia, assim, tornar opacas e ocultar dos trabalhadores as desigualdades que especificaram historicamente as relações de opressão e de exploração no capitalismo.

Os novos intelectuais da produção, imbuídos de seu papel *modernizador e civilizatório* - dado que desta participavam como expressão da "despersonalização" e da formalização das relações de trabalho - desempenharam um papel duplamente importante no processo de persuasão ideológica do novo operário. De um lado, coube-lhes afirmar o caráter progressista de suas ocupações e a natureza científica ("*racional e neutra...*") de suas competências, quando comparadas à base empírica sobre a qual a qualificação operária pode fermentar e germinar; e, por outro lado, sua presença no trabalhador coletivo funcionava como um anteparo ideológico que dificultava a tomada de consciência dos trabalhadores de execução frente as novas relações de poder instauradas, já que veiculavam a idéia de uma "*descentralização e delegação*" da autoridade e do poder patronal dentro da empresa.

"A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia" (Gramsci, MPEN:382).

III. A RACIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL E O COTIDIANO OPERÁRIO

Sob o manto dos fenômenos designados pelo *americanismo* e o *fordismo* a burguesia norte-americana pode chegar, também, a uma nova composição das forças sociais *mais adequada e racional* frente a nova configuração do aparelho de produção industrial.

"O americanismo, na sua forma mais acabada, exige uma condição preliminar, da qual os americanos que trataram destes problemas jamais se ocuparam, pois na América ela existe 'naturalmente': esta condição pode ser denominada 'uma composição demográfica racional' e consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo da produção, isto é, classes parasitárias" (Gramsci, MPEM:77).

Apesar disso, segundo Gramsci,

"na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção" (ibidem:382), já que o problema não residia tanto na "forma de organização econômico-social" (ibidem:381), mas na "racionalidade das proporções entre os diversos setores da população no sistema social existente" (ibidem:381).

A ênfase do autor se volta, portanto, aos problemas colocados pela composição e pela distribuição da população segundo as classes sociais, sua inserção na divisão social do trabalho (proprietários e não-proprietários de meios de produção) e suas práticas culturais e ideológicas.

Nesse sentido, três aspectos da racionalização da formação social norte-americana parecem ter sido de fundamental importância na abordagem gramsciana desses fenômenos.

O primeiro deles é relativo ao papel da urbanização dos modos de vida, e das possibilidades de reprodução das classes trabalhadoras. Tais processos operaram em um contexto marcado pela "*ausência de homogeneidade nacional*",

propiciando as condições necessárias à assimilação e à "integração" cultural de trabalhadores de origem rural, de trabalhadores imigrantes, negros e jovens ao "*american way of life*".

É sabido que a origem rural de boa parte da população trabalhadora, bem como sua composição racial e étnica dada, respectivamente, pela presença de negros e imigrantes europeus, se constituiu num dos principais entraves à difusão dos padrões fordistas de produção.

Como a finalidade de remover tais entraves, foi necessário romper "*todos os laços*" mantidos pela população, "*com a agricultura e o artesanato*", bem como "*com seus locais de origem*" (Gimenez, 1979:64). O processo de urbanização - e a imigração organizada em um momento anterior - serviu como um instrumento do processo de racionalização da formação social norte-americana, criando as condições necessárias para a constituição do moderno operariado industrial.

Associavam-se, assim, diversos processos já em curso na sociedade americana: o processo de "*fechamento da fronteira agrícola*" se manifesta de modo brutal na elevação da taxa de urbanização da população, chegando-se a observar uma queda de aproximadamente 20% na participação da população rural nos EUA, entre 1880 e 1910 (Palloix, 1978:96). Este período se inscreveu na história daquela sociedade como o momento da reversão dos padrões demográficos tradicionalmente aí observados.

O principal aspecto a ser salientado, neste caso, é a imbricação entre a distribuição espacial e demográfica da população e a constituição das classes sociais fundamentais: surgia dessa transição um proletariado rural, destituído de seus meios de produção e de subsistência, e *livre* para escolher o *melhor* entre a fome, a morte e o assalariamento fabril!

"No foi por acaso que se desenvolveu na virada do século XIX-XX, uma 'revolução agrária', com a introdução massiva do maquinismo agrícola, e dos insumos... isto é uma 'agricultura capitalista' orientada, não somente, para a exploração, mas sobretudo para os locais de reprodução da força de trabalho" (Palloix, 1976:97).

A produção fordista não pode ser tomada, portanto, apenas como uma dada alternativa técnica. Ela "*designa... um conjunto de transformações maiores do processo de trabalho, estreitamente ligadas às mudanças das condições de existência do salariado*" (Aglietta, 1976:96).

Enquanto tal, a integração desta população ao mercado de trabalho urbano, e particularmente, sua incorporação à linha de montagem fordista - voltada à produção em massa de mercadorias - requereu uma profunda transformação dos modos de reprodução dos diversos segmentos da população trabalhadora deste país.

Com base nesta articulação do '*fechamento da fronteira*' e do processo de urbanização foi que se assentou a formação de um mercado de trabalho urbano-industrial, e, conseqüentemente, pode se formar o mercado de consumo da produção capitalista. A agricultura americana, em franca capitalização, já não absorveria os seus próprios excedentes populacionais, os quais seriam parcialmente incorporados às engrenagens do trabalho industrial; imprimia-se, com isto, uma composição social, "*mais racional e adequada*", não só ao proletariado emergente, mas ao conjunto da sociedade americana como um todo.

O segundo aspecto concerne, por sua vez, "*o processo de estabilização demográfica*", obtido pela via dos novos modos de retribuição e de remuneração do trabalho nas grandes corporações. Processo menos visível que o anterior, ele nos informa sobre o "*alcance da investida fordista*" no que diz respeito à estabilização da sociedade especificamente salarial. A imposição de determinadas modalidades da reprodução salarial, se tornou viável através de uma conexão estrita estabelecida entre as formas de remuneração do trabalho e o acesso aos meios de reprodução da força de trabalho (FT) como um todo.

Cabe salientar que o nexó estabelecido entre produção e consumo, sob o manto da indústria fordista, vinculava ao mesmo tempo, a produção em massa à extração da mais-valia relativa, bem como o consumo operário de bens duráveis ao capital financeiro.

Era, e ainda é, o caso do acesso à moradia⁽¹⁶⁾, dos prêmios a assiduidade - muitas vezes através do fornecimento de transporte - do acesso à educação, à saúde, mas também aos eletrodomésticos, veículos motorizados e outros bens de consumo individualizáveis. Estavam dadas, portanto, e de uma só vez, as condições de realização do modo capitalista de reprodução da FT.

O nexó estabelecido entre a produção em massa e a reprodução da FT, permitia desta forma obter um "efeito em cadeia e em escala social" quanto às formas de extração do trabalho não-pago, através da realização da mais-valia relativa. Além disso estavam reunidas, as possibilidades de compressão e rebaixamento dos salários reais e do valor da reprodução, a partir de mecanismos próprios à acumulação do capital.

De forma original, mas ainda em estado primitivo, a política dos *altos salários* combinava-se de modo quase perfeito ao *welfare* instituído internamente à FMC, outorgando aos melhores empregados um padrão de vida compatível com as novas exigências de trabalho industrial. Esta particular combinação foi responsável pela visibilidade de algumas novas dimensões da reprodução salarial.

Tomados em conjunto, estes dois movimentos permitem ver na *racionalidade fordista* de valorização do capital, a emergência de um novo padrão de controle da força de trabalho assalariada: aquilo que as cidades-fábricas haviam obtido de maneira pontual para seus coletivos operários⁽¹⁷⁾ a produção fordista ampliou de modo globalizante para o conjunto do proletariado industrial norteamericano.

(16) Referência deve ser feita, aqui, à importância assumida pela fissão das formas de remuneração do trabalho em salários diretos e indiretos, principalmente pelo fato de que o acesso aos meios de subsistência e de reprodução do salariado passa a se diferenciar substancialmente a partir daí. A diferença estabelecida relativa às formas e aos níveis de salários, indicando com o primeiro a subordinação do consumo operário às linhas de financiamento ao consumo de massa, ou ao Estado. Nesse caso, o crédito de massa desempenha um papel decisivo na pré-antecipação do salário atuando, como forma de validação social que autoriza a reprodução do trabalhador como membro do salariado. Trata-se, pois, a de um *mecanismo que estabiliza a FT no salariado* e não apenas no emprego. Brunhoff. 1979.

(17) Ver Tude de Souza, 1987, 2ª Parte.

Pela urbanização bem como pela difusão da produção em massa de bens duráveis e não duráveis, destinados ao consumo popular, o bloco industrial buscava "*integrar*" e "*limitar*" a reprodução operária ao campo do valor-mercadoria, reduzindo em muito a exterioridade da reprodução operária frente a produção capitalista.

Com base, nesses dois movimentos, tratava-se de "*assegurar a manutenção e a reprodução de uma classe operária numerosa, sobre bases inteiramente - ou quase - capitalistas*" (Gimenez, 1979:64-65).

Lograva-se, pela via desta articulação, a possibilidade de subordinar, ainda que parcialmente, a determinação do valor de reprodução da FT⁽¹⁸⁾, à lógica governante do valor-mercadoria, extraíndo-a, desta maneira, do campo ideológico em que se desenvolvia a luta de classes.

Pouco conhecida e manejada, inclusive, pelos segmentos mais organizados e combativos do bloco antagonista, a distinção entre formas e níveis de salários - se tornou cada vez mais visível e decisiva com a *produção fordista* - suscitou não apenas a emergência de novos problemas de análise, mas principalmente, o enfrentamento de novas questões de caráter estratégico que se colocaram no campo da ação política das massas.

A *viabilidade* de se chegar à determinação "objetiva" do valor de reprodução da FT assalariada, ampliou em muito a capacidade de controle da burguesia sobre as modalidades de reprodução da sociedade nacional, acabando por conduzir os sindicatos e o movimento operário por uma via reformista. É o que permite explicar, portanto, a recentragem da ação das massas em torno das questões econômico-corporativas.

(18) Vale lembrar a distinção feita por Marx (1867/1973) entre valor de reposição e valor de reprodução da FT: o primeiro cobre a reposição das energias individuais despendidas cotidianamente, enquanto o segundo asseguraria a cobertura das necessidades de reprodução da família e das gerações operárias.

A *racionalização* do trabalho associada à diversificação da seção de meios de consumo, e aos *altos salários*, elevou a um novo patamar as relações de força entre a burguesia e o operariado, levando por conseguinte ao enfraquecimento e à destruição das organizações de combate e defesa dos trabalhadores.

Com ela se inaugura um novo patamar das exigências sociais e disciplinares que se espraiam na sociedade de maneira capilar, mobilizando-a internamente na busca de uma nova adequação das práticas de reprodução social às exigências do tecido produtivo.

O terceiro e último aspecto, nos informa, sobre as estratégias burguesas adotadas tendo em vista eliminar as "*desviâncias sociais*", promover a "*regeneração e a elevação*" (sic, Ford) das classes trabalhadoras, através da inculcação do puritanismo e da religiosidade no novo proletariado industrial. Trata-se, do momento superestrutural em que se passa à organização da cultura, e onde o *fordismo* e o *americanismo* se colocam, de fato, como uma ideologia constituidora do real.

O perpassamento dos movimentos de "*racionalização da produção e da composição das forças sociais*", revela, de modo bastante claro, o sentido dado pelo grupo dirigente na época ao processo de *modernização da sociedade americana*: estabilizar a reprodução social em torno, e a partir, da produção em massa, buscando com isso conter a *mobilidade*, não apenas no emprego, mas principalmente aquela relativa à circulação setorial da população trabalhadora e, por conseguinte, bloquear suas estratégias de mobilidade e de '*ascensão social*'.

Pelo controle de mobilidades, visava-se fixar e estabilizar a estrutura social como um todo, sob a regência da reprodução salarial, reduzindo e internalizando, em contrapartida, a "*exterioridade*" da reprodução das classes frente ao movimento das forças produtivas capitalistas.

O reordenamento das relações entre indústria, agricultura e artesanato permitia declarar esgotadas todas as "*fronteiras naturais*" do processo de socialização, abrindo a via para o desenvolvimento das "*fronteiras internas*" ao modo de produção capitalista.

"A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento de 'animalidade do homem', um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do industrialismo" (Gramsci, MPEM:393).

Parece ser esse, efetivamente, o sentido de iniciativas tão diversas como a ruptura "*de todos os laços com a agricultura e o artesanato*", a criação dos mercados de consumo de massa, as políticas internas de "*welfare*" e a atribuição dos *altos salários*.

A cada uma destas iniciativas correspondia um novo ajuste entre *estruturas e superestruturas*⁽¹⁹⁾, de forma a se recompor a unidade entre relações sociais de produção e aparelhos de hegemonia.

Assim, no primeiro caso, tratava-se de afirmar a autonomia da indústria *fordista* frente as estruturas tradicionais do bloco agrário, ao mesmo tempo em que se acionavam os mecanismos internos ao capital, com relação às formas *propriedade*, de *contrato* e até mesmo de "*produção de homens*". A substituição do campo e das *indústrias domésticas* (artesanais), como reservatórios naturais de mão de obra, exemplifica bem, o movimento através do qual o industrialismo passa a produzir e manter *exército industrial de reserva*.

Tal processo exigiu que se organizasse, simultaneamente, toda uma *rede de aparelhos e organizações* (*privados, públicos e semi-públicos*) voltados às necessidades de manutenção, de *educação*, de assistência, e de coerção sobre seus

(19) Não se trata de separá-las e reificá-las, como o faz o althusserianismo; pensamos que se tratam de momentos de análise crítica, e particularmente aplicáveis a análise de situações e das relações de força tal como enunciadas por Gramsci em "O moderno príncipe" (MPEM, 1984:43-54).

membros. Cobia-lhes exercer uma "*pressão coercitiva permanente*" capaz de eliminar as "*desviâncias sociais*" de forma a reconduzir estes homens, "*frágeis de espírito*" (sic, Ford), ao salariado, isto é de obter-lhes a adesão às normas disciplinares do trabalho assalariado (Brunhoff, 1982).

Por sua vez, através da constituição dos mercados de consumo de massa, e das políticas de "*welfare*" adotadas pelas grandes corporações industriais, o bloco dirigente buscava fixar novas fronteiras entre a produção e a reprodução. Com a difusão dos bens de consumo duráveis no âmbito da unidade doméstica, o capital pode, de uma só vez, completar o processo de separação entre o trabalho e seus meios de (re)produção.

O novo padrão de reprodução possibilitou o reordenamento do grupo familiar, em torno das atividades de consumo, de repouso e de reprodução biológica, fixando-o - como "*célula básica de consumo*" - em torno de um conjunto de serviços e equipamentos coletivos, sobre os quais se ergueria a hegemonia do grupo dirigente. Todas as antigas funções produtivas e reprodutivas da unidade doméstica - isto é, da produção artesanal à procriação - podiam ser, definitivamente, extirpadas de seu *ambiente natural* - a família, antiga unidade de trabalho e de reprodução.

Mas, suas consequências não param aí. Deste ponto de vista, o reordenamento do grupo doméstico em torno da mercadoria acarretou entre outras consequências uma reorganização da divisão do trabalho dentro da família operária, pela atribuição das funções reprodutivas à mulher - que segundo Ford, não tinham lugar na indústria mas sim no casamento. A *positividade* desta nova condição da mulher, devendo ser veiculada pelo acesso aos produtos industriais destinados ao lar: transferia-se, assim, a *imagem da mulher burguesa e sua ociosidade* aos grupos operários. Pode, então, emergir a figura da mulher operária como a "*rainha do lar*". Pari-passu com a difusão dessa ideologia, a sexualidade e o erotismo femininos se curvaram e subordinaram à reprodução biológica das gerações operárias, o que compelia a mulher a abrir mão de si mesma, e a assumir "uma nova personalidade feminina", ditada pelo aparelho industrial *fordista*. (Gramsci, MPEN:389-391).

A nova ética do trabalho vinha, também, associada uma "nova ética sexual"
De acordo com Gramsci,

"é necessário criar esta regulamentação e uma nova ética. ...Os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus dependentes e pela acomodação de suas famílias; a aparência de 'puritanismo' assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for, ele também racionalizado" (MPEM:382).

Neste contexto, a concessão dos *altos salários* como franco "*reconhecimento do valor da FT, superior em razão do novo processo de trabalho*", representava, para aqueles como Ford, um "*meio pelo qual se elevaria uma geração de trabalhadores frágeis, tanto de corpo quanto de espírito*" (Ford, apud. Gimenez, 1979:84). O que permite deduzir que estava em curso uma profunda reforma moral da qual deveria resultar uma '*nova*' ética operária.

Nesta reforma se associou o uso da força policial e repressiva - criada para identificar militantes e coibir a ação sindical nos limites da FMC (Beynon, 1984:44-45) - aos mecanismos "*compensatórios*" e "*incentivadores*", como os *altos salários* e outros benefícios "*como a criação de equipamentos médicos, de refeitórios, de salas de descanso, biblioteca..., além do emprego para algumas famílias*" (Gimenez, 1979:77; Nelson, 1975).

O ambiente com o qual se buscava romper era aquele definido pelos limites naturais da antiga família, baseada em seus laços amplos de consanguinidade e de solidariedade, bem como aquele contido pelas tradições de ofício. Os *altos salários* visavam neutralizar, desta forma a matriz de transmissão cultural familiar e corporativa, colocando em seu lugar o "*espírito*" e a cultura da "*casa*" - o "*esprit maison*", o "*espírito de equipe*". No lugar, portanto, da consanguinidade e da solidariedade entre membros do mesmo ofício, a empresa se erigia como o espaço de concreção da *grande família industrial*.

Através dos *altos salários*, o capital tinha em vista recriar as formas de organização do consenso e da adesão, trazendo-as, de uma vez por todas, para dentro da corporação industrial.

O proibicionismo e o puritanismo, foram as ferramentas utilizadas pela *produção fordista* para obter a obediência aos novos valores industriais, combinando-os sabiamente aos *altos salários* e a *política de "welfare"*. Como *recompensa* àqueles que aderiam a esses novos valores: *concessão dos altos salários*. Em contrapartida, exigia-se do grupo operário a observância a um certo código de conduta individual e familiar: a higiene e a reserva; a proibição ao uso de tabaco e álcool; a proibição de frequentar bares e cabarés; a condenação de toda prática "*insana e ameaçadora*" (sic, Ford) *ao bem estar físico e moral da coletividade*; e, finalmente, a interdição de alojar pensionistas, sobretudo, do sexo masculino (Beynon, 1984:40-41).

Para assegurar-se da observância às normas estabelecidas, a Ford Motor Company implantou um imponente sistema de "*inspeção e acompanhamento*" da vida privada do trabalhador e de sua família, exercendo uma pressão cotidiana⁽²⁰⁾ sobre estes; a permanente ameaça com relação à perda do direito ("*a qualificação*", sic) aos *altos salários*, compelia o trabalhador a *resignar-se e curvar-se ao processo civilizatório* conduzido pela FMC.

(20) Ford associou o poder de repressão e vigilância de seus trabalhadores aos serviços de acompanhamento e inspeção da empresa. Sabe-se, por meio de falas e testemunhos operários colhidos por vários pesquisadores, que a empresa mantinha um número significativo de homens como vigilantes "*watchmen are paid for presence*", sic Ford, in Beynon, cit.:40) e Leonard, 1932:235, citado por Beynon, *ibidem*:45). Ver também Clarke, 1990 e Nelson, 1975).

"O dia de cinco dólares envolveu uma reestruturação moral das categorias ocupacionais, mas, este foi usado, sobretudo, para impor novos padrões de moralidade e de comportamento dentro e fora do trabalho (Clarke, 1990:139)... O propósito de Ford era chegar a regeneração moral da classe trabalhadora, sobre a base de valores puritanos como a sobriedade e o trabalho pesado" (ibid:140).

O incentivo à vida familiar, monogâmica, condição da própria estabilidade e da ascensão funcional na empresa, se associava intimamente a inculcação dos valores cristãos. "*A regulação social da classe trabalhadora assegurada pela família cristã, era suportada pela igreja e pela polícia*" (Clarke, 1990:141).

Para tanto, Ford criou igrejas e implantou programas de educação com a finalidade de prover uma orientação moral, de ensinar a língua inglesa, e, com isso, "*incutir os valores americanos e construir o american way of life*", como o "ambiente" dentro do qual se promoveria o enquadramento dos trabalhadores beneficiários dos *altos salários*.

A reforma moral, assentada sobre o puritanismo e o proibicionismo, tal como vinha sendo empreendida pela FMC, leva a pensar que se tratava de extirpar o trabalhador de seu meio cultural originário, isolando-o, assim, das instâncias tradicionais de sua socialização, como era o caso da família extensa, da solidariedade profissional (pertencimento a corpos de ofício) e de suas tradições de luta e sindicalização.

CONCLUINDO...

Da análise que precede há, ao menos, dois elementos a reter para um aprofundamento ulterior: o primeiro é relativo à situação analisada por Gramsci, e às implicações de caráter estratégico que teriam, dada a construção do socialismo na URSS; o segundo, é relativo, por sua vez, à estrutura metodológica do texto.

Da leitura de AMERICANISMO e FORDISMO pode-se deduzir uma conclusão, já esboçada por Gramsci no momento de sua redação: a construção do novo homem, portador de uma nova espiritualidade, enquanto expressão concreta de uma nova ética coletiva, seria tarefa do Estado Proletário.

Com este ensaio, Gramsci tenta avaliar até que ponto a via americana - representada pelo fordismo - poderia dar lugar a essa "nova humanidade e espiritualidade", perguntando-se, inclusive, se a "fordização" da indústria italiana tentada pelo regime fascista poderia redundar em algo similar ao que se observava na sociedade americana.

A resposta à segunda pergunta está absolutamente clara: não seria possível na medida em que, para isso, far-se-ia "necessário um longo processo, no qual se verifiquem mudanças nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais" (Gramsci, MPEM:406). A consequência desse processo de 'racionalização' da sociedade italiana levaria, fatalmente, à destruição/negação do próprio regime político e suas instituições de coerção e repressão, apontando, portanto, para um novo equilíbrio político das forças sociais nacionais.

Quanto à primeira pergunta, a resposta de Gramsci é menos direta, dada sua própria concordância com o fato de que a racionalização da organização social-econômica seria condição para uma "economia planejada". Apesar disso, sua resposta quanto a possibilidade deste novo homem emergir da experiência fordista, é também negativa. A brutalidade e a exterioridade dos meios adotados para "elaborar um novo tipo humano" naquela sociedade, indicavam claramente as limitações do projeto fordista.

"Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais 'condenados', mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem" (Gramsci, MPEM:412).

E continua a seguir, em uma clara referência à direção bolchevique e aos demais representantes do bloco antagonista, dizendo: "Eles 'devem' encontrar o

sistema de vida 'original', e não de marca americana, para transformar em 'liberdade' o que hoje é 'necessidade'" (Gramsci, MPem:412).

Com relação a estrutura metodológica de AMERICANISMO e FORDISMO, pode-se dizer que este segue, passo por passo, aquilo que se encontra delineado nos textos relativos à análise da situação e das relações de força, como elementos decisivos para o manejo das categorias (estratégicas) da 'revolução passiva' e de 'guerra de posição'.

É o que se deduz das análises desenvolvidas sobre a nova estrutura produtiva industrial, a composição demográfica e a organização das forças sociais em presença na sociedade americana, que remetem, claramente, aos elementos constitutivos do "primeiro momento" das análises de situações e das relações de força (Gramsci in Tosel, 1983:267-279).

O "segundo momento", aquele em que se pode analisar o novo equilíbrio das forças políticas, aparece, por sua vez, tratado nas questões relativas aos modos de vida, à construção de uma "segunda natureza" do homem, bem como através das investidas sobre a sexualidade e as relações entre gêneros como produto da ação social. Completa a análise deste "momento" em que organiza a hegemonia do grupo dirigente, a abordagem aos altos salários e aos meios de coerção e inculcação dos valores puritanos requeridos pela ideologia americanista e fordista.

A consequência de uma tal construção teórica-metodológica é clara: Gramsci opera os conceitos de infra e superestrutura, não como esferas separadas temporal e espacialmente, mas, como momentos da análise crítica, do processo de construção da hegemonia. Com isso Gramsci rompe definitivamente com toda a tradição marxista que analisava o trabalho como realidade *sitiada*, *explicitando através disso* a necessidade de se pensar as articulações e injunções entre produção e reprodução, entre relações sociais de produção e aparelhos de hegemonia.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M., 1976 - REGULATION ET CRISES DU CAPITALISME: l'expérience des Etats, Unis. Paris: Calmann-Lévy, 334 pp.,
- BEAUD, M., 1981 - HISTOIRE DU CAPITALISME, 1500-1980. Paris: Ed. du Seuil, 332pp, + table.,
- BEYNON, H., 1984 - WORKING FOR FORD. Middlesex: Penguin Books, 2a ed., 409 pp.
- BLEITRACH, D. ET CHENU, A., 1979 - L'USINE ET LA VIE: luttes régionales -Marseille et Fos, Paris: F. Maspero, Coll. Luttes Sociales, 218pp + table des matières.
- BOYER, R. et MISTRAL, J. 1983 - "La crise actuelle: d'une analyse historique à une vue prospective", Paris: CEPREMAP, janvier.,
- BURAWOY, M. 1978 - "Toward a Marxist Theory of The Labor Process: Braverman and Beyond", in POLITICS AND SOCIETY, (8), 3-4, USA, pp. 247-312.
- CLARKE, S. 1990 - "New Utopias for Old: Fordist dreams and Post-Fordista Fantasies", in CAPITAL & CLASS, 42, winter, pp. 131-155.
- DRUCKER, P.F. 1950 - THE NEW SOCIETY. Harper & Row. ,
- EDWARDS, R.C., 1979 - CONTESTED TERRAIN, the transformation of workplace in the twentieth century, NY: Basic Books Inc. Publishers, 261 pp.,
- GIMENEZ, A.D., 1979 - TRAVAILLEUR COLLECTIF, AUTONOMIE OUVRIERE ET CRISE DU PROCES DE TRAVAIL: le cas du collectif de travail à la Regie Renault. Grenoble: Univ. des Sciences Sociales de Grenoble/Faculté des Sciences Économiques, thèse de doctorat pour le 3ème Cycle, 368 pp + biblio et table es matières.

- GRAMSCI, A., 1984 - MAQUIAVEL, A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO. RJ: ed. Civilização Brasileira, 5 ed., L. M. Gazzaneo (trad.), 444pp., 1983 -
- GRAMSCI, textes. Paris: Ed. Sociales/Messidor, Collection ESSENTIEL (15), A. Tosel (ed.), 388 pp.
- LENIN, V.I., 1975 - O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO. Lisboa: Ed. Avante,
- LEONARD, J.N., 1932 - THE TRAGEDY OF HENRY FORD. NY.,
- MARX, K., LE CAPITAL. Paris: Ed. Sociales, 1867/1973, Livro I.,
- NELSON, D., 1975 - MANAGERS AND WORKERS: origins of the new factory system in the United States 1880-1920. Madison: Univ. of Wisconsin Press, 234pp.
- _____. 1984 - "Le taylorisme dans l'industrie americaine, 1900 - 30. in Montmollin, M. e Pastré, O. (ed.) - LE TAYLORISME (Actes du Colloque). Paris, La Decouverte, pp. 51-66.,
- NEVINS, A., 1954 - FORD: the times, the man, the company. Scribner.
- PALLOIX, C., 1978 - TRAVAIL ET PRODUCTION. Paris: F. Maspero, Petite Collection Maspero (208), 134pp.,
- TUDE DE SOUZA, A. M., 1987 - "Disciplina Fabril e Reprodução operária: elementos históricos sobre as transformações do processo de trabalho capitalista", in RELAÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER: mudanças e permanências. Fortaleza: UFCE/ANPOCS, vol. II, pp. 183-212. ,

NOME: _____

NAME: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO
DA REMESSA.

Non-acknowledgment of receipt will indicate that
further publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13.081 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342

Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327

Correio eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br